



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Incentivar a natalidade com políticas mais atractivas e resolver o problema profundo da queda constante da taxa de natalidade que afecta a estrutura demográfica**

Nos últimos três anos da epidemia de Covid-19, a subida contínua dos preços dos artigos de uso diário e de primeira necessidade, o aumento significativo das taxas de desemprego e de subemprego dos residentes, a redução do poder de compra dos trabalhadores, devido à incapacidade dos seus salários em acompanhar a inflação, e ainda outras situações, causaram um brusco aumento da pressão económica e de vida dos residentes. Perante esta conjuntura, os casais em idade de casar passam a ser cada vez mais cautelosos em relação à fertilidade. Segundo os dados estatísticos, em 2022, a taxa de natalidade de Macau foi de apenas 6,4%, o nível mais baixo desde que há registos, ou seja, desde 1985.

Embora os casais em idade de casar tenham vontade de ter filhos, as medidas de apoio à protecção da maternidade ainda não são suficientes. Nomeadamente, nos termos da Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho) alterada em 2020, a licença de maternidade passou a ser de apenas 70 dias, menos do que os 90 dias estipulados no Decreto-Lei n.º 87/89/M (Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau), que entrou em vigor há quase 34 anos; além disso, por exemplo, no Interior da China, no Japão, na



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Alemanha e noutros países, as mulheres têm direito a 14 semanas (98 dias) de licença de maternidade, enquanto as da Austrália têm direito a 18 semanas (126 dias) de licença de maternidade, portanto, o número de dias da licença de maternidade em Macau é muito inferior.

Ao mesmo tempo, a licença de paternidade é ainda mais insuficiente em Macau, pois o pai, que é igualmente indispensável após o nascimento da criança, goza de apenas cinco dias de licença de paternidade. Por exemplo, em Outubro de 2016, 29 províncias do Interior da China alteraram, sucessivamente, as regras de planeamento familiar, clarificando o prazo da licença de paternidade, que varia entre 7 dias, a mais curta, e 1 mês, a mais longa, e na maioria das regiões é de 15 dias. Na Alemanha, por exemplo, o pai tem direito a duas semanas de licença de paternidade remunerada após o nascimento da criança. Note-se que o amor paternal é também importante no processo de crescimento da criança, e a falta de acompanhamento e cuidado por parte do marido pode também reduzir a vontade das mulheres em ter filhos.

Além das referidas licenças de maternidade e de paternidade, outro factor importante que afecta a fertilidade é a falta de casa ou a pequenez das casas. Actualmente, grande parte dos jovens continua a deparar-se com a situação de não ter casa para viver, e muitos deles até dormem na sala-de-estar, uma vez que vivem com vários familiares e as casas são pequenas. As habitações sociais e económicas disponibilizadas pelo Governo também são pequenas, e as fracções, na sua maioria, são de tipologia T1, as das tipologias T3 e T4 são limitadas, portanto, o Governo não tem em consideração especial as



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

necessidades dos jovens na constituição de família. A limitação do espaço de sobrevivência e o impacto da Covid-19 na economia e no emprego nos últimos três anos fazem com que os jovens percam a esperança e a confiança no futuro, reduzindo até a vontade de ter filhos.

O tema da queda contínua da taxa de natalidade é difícil para os governos de vários países e regiões do mundo. No ano passado, o Interior da China lançou um programa para a criação duma nova era do casamento e duma cultura de procriação, cujo projecto-piloto foi lançado em mais de 20 cidades, com o objectivo de criar um bom ambiente, favorável à procriação por parte dos casais em idade de casar. A Associação de Planeamento Familiar da China está a promover políticas favoráveis à fertilidade, incluindo benefícios fiscais, subsídios à habitação, e medidas de apoio, como a oferta de educação gratuita ou subsidiada após o nascimento da terceira criança.

A promoção do aumento da taxa de fertilidade é uma das políticas públicas importantes do Governo da RAEM, por isso, a criação de um bom ambiente favorável à fertilidade e de medidas de incentivo para apoiar as mulheres são de extrema importância. O Governo deve tomar como referência as políticas adoptadas por outros países e regiões, e adoptar mais medidas concretas para incentivar o aumento da taxa de natalidade em Macau.

**Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. O Governo da RAEM deve actualizar para 90 dias a licença de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

maternidade para todas as mulheres, em consonância com as trabalhadoras da função pública, e deve ainda atribuir um subsídio complementar à licença de maternidade, através de regulamento administrativo, a fim de aumentar a vontade de procriar das mulheres de Macau. Quando é que vai fazer isto? Quanto à grave insuficiência do número de dias da licença de paternidade, o Governo deve tomar como referência as medidas adoptadas no Interior da China e noutros países, isto é, aumentá-la para 15 dias, com vista a concretizar, efectivamente, a política de incentivo à procriação. Vai fazê-lo?

2. A actual taxa de natalidade em Macau é a mais baixa desde que há registo, assim sendo, o Governo deve incentivar a fertilidade adoptando políticas mais atractivas, por exemplo, aumentar o subsídio de nascimento, disponibilizar, gratuitamente e durante um ano, leite em pó para bebés, fraldas e subsídios para cuidar de bebés, entre outras políticas, por forma a responder ao problema social da baixa taxa de natalidade. O Governo vai fazê-lo?
3. Como foi referido anteriormente, as habitações económicas e sociais são, na sua maioria, de tipologia T1, o número de fracções das tipologias T3 e T4 é limitado, e a área total das respectivas fracções tende a ser cada vez mais reduzida. O Governo deve definir medidas para melhorar o actual planeamento das tipologias das habitações sociais e económicas, deve, por exemplo, aumentar o número de fracções das tipologias T3 e T4, a fim de evitar que os casais em idade



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de casar tenham menos vontade de procriar devido à pequenez das habitações. O Governo vai fazer isto?

1 de Junho de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**José Pereira Coutinho**